



CLIPPING



11 e 12 de
JUNHO
2022

CASAMENTOS COMUNITÁRIOS

Mais de 370 casais participam de cerimônias

FAMÍLIAS - Celebrações foram realizadas pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Pará e Tribunal de Justiça do Estado. Hoje, a Assembleia de Deus une em matrimônio 511 casais.

LAÍS SANTANA
DA REDAÇÃO

Arena Guilherme Paraense, conhecida também como Mangueirinho, em Belém, foi palco de uma verdadeira celebração ao amor. Na noite de ontem, 325 casais oficializaram as uniões em matrimônio através da cerimônia de casamento comunitário realizada pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh), por meio do projeto Bem Casado Pará.

A iniciativa teve início este ano e é destinada a famílias em situação de vulnerabilidade social. Somente na região metropolitana de Belém, estima-se que dois mil casais já selaram o compromisso do casamento através do projeto que é realizado em parceria com a Associação Esperança do Ananin e pretende atender outras regiões do Estado.

Para o casal Gladson Reis, 42 anos, e Ellen Rocha, 40 anos, juntos há sete anos e pais de duas filhas, viver a experiência do casamento é a confirmação da escolha certa. "Eu encontrei a pessoa certa e agora é só manifestar publicamente o desejo de continuar com a família e manter esse laço", declarou o noivo.

Só aguardando pela hora do "sim", Ellen avalia que a oportunidade veio no momento certo. "A gente estava esperando só por um incentivo para dar esse passo que é um sonho antigo e está se realizando hoje graças a Deus", afirmou a noiva.



Casamentos comunitários atendem famílias em situação de vulnerabilidade

"Eu encontrei a pessoa certa e agora é só manifestar publicamente o desejo de continuar com a família"

A cerimônia contou com a participação do governador do Estado, Helder Barbalho, e da Primeira-Dama, Daniella Barbalho. "Faz parte das missões do governo do Estado facilitar ao cidadão paraense alçar aquilo que deseja e nós que defendemos a família e compreendemos que a instituição casamento é algo absolutamente fundamental para o alicerce familiar, estimulamos que esse momento seja de festejo", afirmou o governador.

O titular da Sejudh, Vál-

ber Milhomem, frisou que o próximo passo do projeto Bem Casado Pará é chegar a outras regiões do Estado. "É nosso dever levar cidadania por todo Pará", pontuou. A previsão é que os casamentos comunitários sejam realizados nas cidades de Altamira e Vitória do Xingu, no sudoeste do Estado; Breves e Portel, no Marajó, e Xinguara e Rio Maria, no sul do Pará.

Para o deputado estadual Fábio Figueiras, idealizador do projeto, a realização de mais uma cerimônia é motivo de celebração. "Nós entendemos que a instituição do matrimônio ajuda a família a ficar unida. Por isso fazemos questão de fazer uma festa bonita", destacou.

Também ontem, o Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) oficializou a união de 52 casais através de uma cerimônia de casa-

mento comunitário, na sede do TJPA. A cerimônia, que beneficiou casais de baixa renda, é vinculada ao Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), em parceria com o Cartório do 2º ofício de Registro Civil Guedes de Oliveira.

Hoje, a Assembleia de Deus (AD) realiza o casamento comunitário para unir 511 casais com o testemunho da Igreja. Será às 19h, no Templo Central, em Belém, como parte da programação de 111 anos de fundação da AD. "É uma forma de mostrar o respeito à família e por pessoas que não tiveram tempo e condições de ter um casamento em alto estilo: com orquestra, marcha nupcial, coral e tudo o que tem direito", destaca o presidente da AD, Pastor Samuel Câmara.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

CONTRATO COM FALSOS MÉDICOS

Empresa está sob investigação

A empresa Aires Gestão Hospitalar Eireli é suspeita de fraudar documentos para fornecer “falsos médicos” que atuam por meio de contratos firmados com diversas prefeituras de pequenos municípios do Pará.

O caso mais recente foi descoberto no município de Ponta de Pedras, no arquipélago do Marajó, onde pelo menos cinco pessoas exerciam a Medicina de forma ilegal. O valor do salário de cada profissional da empresa era de R\$ 18 mil por mês. A prefeitura do município suspendeu parcialmente o contrato. Prática semelhante já havia sido registrada em Chaves, na mesma região. Os casos estão sendo investigados pelo Conselho Regional de Medicina do Pará (CRM-PA) e pela Polícia Civil.

O secretário municipal de Saúde de Ponta de Pedras, Leonardo Macedo Lobato, em ofício ao Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), informou que, após tomar conhecimento do caso em Chaves, a prefeitura iniciou a apuração interna. Nas redes sociais, usuários começaram a publicar receitas em que nomes de medicamentos estavam escritos de forma errada, além de fotos dos supostos falsos médicos e dos nomes e números de inscrição no CRM-PA.

A empresa mantém contratos com pelo menos seis prefeituras do Pará. Há re-

gistros de contratos no ano passado e neste ano com Santarém Novo, Tomé-Açu, Dom Eliseu, Chaves, Ponta de Pedras e Maracanã. A sede da Aires Gestão Hospitalar Eireli é uma sala comercial no bairro de Nazaré, em Belém. A Redação Integrada solicitou mais detalhes ao MPPA e aguarda retorno.

O caso de Ponta de Pedras foi registrado no boletim de ocorrência de número 00133/2022.0005172.

“Foi um fato isolado e completamente reprovável, estamos em contato permanente com a polícia”

Conforme o ofício do secretário de Saúde de Ponta de Pedras ao MPPA, desde 8 de junho deste ano, os pagamentos efetuados à empresa estão sendo suspensos parcialmente, até que esclareçam a regularidade de todos os profissionais. A Câmara Municipal de Vereadores e o Conselho Municipal de Saúde foram notificados. O valor do contrato é de R\$ 2.909.500,00.

Em nota, a empresa alegou que: “A empresa Aires Gestão Médica não compactua com essa prática. Em todos os 12 municípios, com mais de 3.000 colaborado-

res que prestam serviço, nunca tivemos prática parecida. Foi um fato isolado e completamente reprovável, estamos em contato permanente com a polícia e à disposição para cooperar com as autoridades”, conclui.

A Redação Integrada de O Liberal também foi à sede da empresa, em Belém, no edifício Tropical Center, sala 702. O prédio fica no bairro de Nazaré. No local, funcionários e administradores informaram que a sala foi desocupada há cerca de um mês, após quase um ano de atividades. Por e-mail, a Aires Gestão Hospitalar só garantiu que o endereço da empresa era esse, mas não comentou sobre as informações do pessoal do edifício.

O Conselho Regional de Medicina do Estado do Pará informou ontem que tomou conhecimento dos fatos ocorridos e que irá analisar os documentos e, após, adotar os procedimentos que forem cabíveis, conforme as atribuições legais previstas na Lei 3268/67 e Regimento Interno.

A Polícia Civil informou que um inquérito policial foi instaurado nos municípios de Ponta de Pedras e Chaves para investigar o caso. “Um dos médicos que teve o registro do Conselho Regional de Medicina (CRM) utilizado pelos suspeitos foi identificado e será intimado para prestar esclarecimentos”, informou.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

MINUTA

- O Poder Judiciário do Estado do Pará está próximo de alcançar a totalidade de seu acervo processual 100% digitalizado e virtualizado. Hoje a digitalização alcança 91,10% no Índice de Casos Eletrônicos (Icele). Com a participação e o envolvimento de todo o corpo funcional, o Judiciário paraense se aproxima do cumprimento integral de uma das diretrizes prioritárias da gestão da desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro.
- **Foi realizado, no último dia 10, sexta feira, o casamento comunitário, que tradicionalmente encerra as semanas Estadual e Nacional da Conciliação. O evento aconteceu no auditório Desembargadora Maria Lúcia Gomes Marcos dos Santos, localizado no complexo da sede do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). A cerimônia é uma iniciativa do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), coordenado pela desembargadora Dahil Paraense de Souza, em parceria com o Cartório do 2º. ofício de Registro Civil Guedes de Oliveira.**
- Em implantação no Tribunal de Justiça do Estado do Pará, a 1ª rede sem fio de nível corporativo do Tribunal. A Rede Wi-fi, abrangerá todo o edifício-sede do TJPA, perfazendo o projeto-piloto da rede sem fio institucional. Nessa fase, serão disponibilizadas duas redes wi-fi, uma voltada para o público interno, com acessos à internet e a todos os serviços digitais da Corte. E outra direcionada ao público externo, a fim de disponibilizar acesso à internet dentro do edifício Lauro Sodré (sede do TJPA), viabilizando aos visitantes a consulta aos sistemas judiciais em seus dispositivos móveis, particulares, sejam smartphones, laptops ou tablets, segundo explicou a presidente, Desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro.
- **A Coordenadoria de Precatório do Tribunal de Justiça do Estado do Pará divulgou edital cujo objetivo é a formação de lista de credores interessados em fazer acordo sobre pagamento de precatório com o ente devedor Estado do Pará. Todos os credores de precatórios inscritos regularmente perante o TJPA, em que conste o Estado do Pará como ente devedor, têm até o dia 24 de junho para manifestar interesse em fazer acordo. O modelo de requerimento está disponibilizado no site do TJPA.**

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Presidente do Supremo participa de evento em Belém

Ele participou das comemorações dos 75 anos do Tribunal de Contas do Estado do Pará, junto com diversas outras autoridades

PALESTRA

Carol Menezes

Palestrante de abertura do Fórum de Inovação e Transformação para o Controle Atual e Futuro, promovido pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA), o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, passou a manhã de ontem, 10, em Belém, e na programação, realizada no hotel Grand Mercure, falou sobre “Os Tribunais de Contas e o STF: eficiência, controle e accountability”. O evento celebrou os 75 anos de instalação do órgão de fiscalização.

Ele estava acompanhado do ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas; da presidente do TCE-PA, conselheira Maria de Lourdes Lima de Oliveira; da presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, desembargadora Luzia Nadja Guimarães; da presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro; da presidente do Tribunal de Contas do Município, conselheira Mara Lúcia Barbalho; do governador Helder Barbalho (MDB), e outras autoridades.

Citando a autora novaiorquina Susan Rose-Ackerman, professora emérita de Direito da Universidade de Yale, o presidente do STF reforçou que a existência dos tribunais de contas é



Luiz Fux, presidente do Supremo Tribunal Federal, e Lourdes Lima, presidente do TCE do Pará
FOTO: IRENE ALMEIDA

um pilar da própria democracia. “Em um país sem tribunal de contas cria-se a tempestade perfeita, e essa tempestade perfeita entre gastos públicos, ausência de controle e de transparência, chama-se corrupção. A corrupção é a maximização de renda privada às custas do bem público. Quem pode podar isso, impedir? São os tribunais de contas, que viabilizam a efetivação dessa nova percepção, que é a prestação de contas à sociedade. Todos os poderes, inclusive o Judiciário, devem contas à sociedade”, discursou o convidado.

DIAMANTE

A conselheira Lourdes Lima destacou a alegria e a satisfação de estar comemorando os 75 anos da

corrente de contas paraense, que celebra jubileu de diamante em 2022. “Podemos comemorar este aniversário sabendo que somos uma instituição referência de controle externo dos gastos estaduais. Foi um percurso repleto de dificuldades, entretanto e de muita superação”, disse.

“Fundado no pós-guerra, o TCE-PA enfrentou adversidades econômicas, políticas e pandêmicas, mas nada disso foi motivo para desistirmos, e com muita determinação e trabalho, ultrapassamos e nos tornamos um tribunal mais forte, tal como um diamante esculpido por diversas mãos. No nosso caso, pelas mãos de conselheiros, conselheiros substitutos, servidores e mui-

“

Em um país sem tribunal de contas cria-se a tempestade perfeita, e essa tempestade perfeita entre gastos públicos, ausência de controle e de transparência, chama-se corrupção”.

Luiz Fux
Presidente do STF

tos colaboradores, sempre com o compromisso ético de trabalho por nossa população”, complementou.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**RD REPÓRTER
DIÁRIO****POSSE**

O Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Pará, César Mattar Jr., foi empossado nesta quinta-feira (9) no cargo de vice-presidente da região Norte do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPGE). A solenidade de posse aconteceu durante a 6ª sessão ordinária do Conselho realizada na sede do Ministério Público do Estado da Bahia. O mandato é de 1 ano.

ILEGALIDADE

O Ministério Público do Estado ajuizou Ação Civil Pública de ressarcimento ao erário no valor de mais de R\$ 1 milhão contra a Federação Paraense de Futebol (FPF), o ex-presidente da FPF e a ex-secretária de Esporte e Lazer à época dos fatos, e um representante da empresa Trans. Ulisses Turismo. A ação apurou ilegalidades em convênio firmado em 2015. O Estado bancou apoio financeiro para a realização do Parazão de 2015 e a 1ª fase do Estadual de 2016.

LINHA DIRETA

“Em nenhum Estado eu verifiquei a ocupação do poder político por tantas mulheres. O Pará é o melhor lugar do mundo para se comemorar o Dia Mundial da Mulher!”, exaltou Luiz Fux, ministro e presidente do STF, ontem durante o evento de 75 anos do TCE, e diante das quatro presidentes do TRE, do TJPA e dos dois Tribunais de Contas (estadual e municipal).

O líder da Suprema Corte do país chegou praticamente junto com o governador Helder Barbalho (MDB) ao hotel Grand Mercure, e os dois conversaram reservadamente antes da palestra ministrada por Fux e também depois, em um almoço que contou com a presença de outras autoridades.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Justiça obriga Nazaré a melhorar higiene

SUPERMERCADOS

A Justiça Estadual acatou o pedido liminar do Ministério Público do Estado (MPPA), em ação civil pública para resguardar os direitos dos consumidores, e determinou que a empresa Nazaré Comercial de Alimentos e Magazines Ltda (Supermercados Nazaré) adote medidas, nos prazos de 15 e 10 dias, para garantir as boas práticas-higiênicas alimentícias, no armazenamento e manipulação de itens de pescado.

Em caso de descumprimento foi fixada a pena de multa diária de R\$ 5 mil, limitada a R\$100 mil.

Foi apurado pela Promotoria do Consumidor, em unidades da rede de Supermercados Nazaré na capital, diversas situações como produtos de origem vegetal não registrados na Agência de Defesa Agropecuária do Pará (Adepará) e Ministério da Agricultura, além de pescados (peixes, mariscos e crustáceos) sendo estocados, manuseados e comercializados de forma irregular.

Outro item em desacordo com as boas práticas e a legislação é a câmara de estocagem inadequada, com goteiras e higiene precária. Tudo isto somado às denúncias que a Vigilância recebeu sobre a comercialização de camarão salgado sem procedência em supermercados, o que foi confirmado no estabelecimento no dia da inspeção.

AÇÃO

Na ação, as Promotoras de Justiça do Consumidor Regiane Ozana e Joana Coutinho destacam que “a ausência de documentação exigida pela legislação em vigor é uma constante. E quando a rede de Supermercados Naza-

ré apresenta alguma documentação, a realidade mostra que as Boas Práticas não são materialmente implementadas”.

EXIGÊNCIAS

A decisão liminar determinou que em 15 dias a empresa apresente em juízo prova dos seguintes documentos: “Manual de Boas Práticas de Fabricação e os POPs”; Carteira de saúde ou ASO (Atestado de Saúde Ocupacional) de todos os colaboradores; Certificado de treinamento para manipulador de alimentos de todos os funcionários atuantes nessa área, assinado pelo responsável técnico; Certificado de Controle de Pragas Urbanas e Ordem de Serviço (emitido por empresa Licenciada junto à Devisa/Sesma/PMB); Auto de vistoria do Corpo de Bombeiros; PMOC – Plano de Manutenção Operação e Controle; Laudo de Análise físico-química e bacteriológica da água utilizada no local; Certificado de Limpeza e higienização do(s) reservatório(s) de água.

Foi determinado também à empresa que providencie as seguintes medidas, no prazo de 10 dias: a identificação antitabagismo e as suas penalidades; a limpeza, higienização e organização de todas as áreas; suporte com papel toalha não reciclado, sabão líquido neutro e/ou álcool; a comercialização somente de produtos de origem animal e bebidas com registro do Mapa ou Adepará (tais como polpa, sucos, água de coco etc.).

Deverá ainda instalar pia exclusiva para higienização das mãos na área de manipulação; promover a identificação dos produtos e alimentos normatizados pela NBCAL; entre outras medidas.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Manhã de serviços gratuitos na Praça Brasil

CIDADANIA

Marcando o encerramento da sua 3ª Semana de Responsabilidade Socioambiental, realizada desde o dia 6 de junho, o TRT da 8ª Região realizará uma manhã com serviços diversos na Praça Brasil, em Belém, onde fica a sua sede.

Com a participação de parceiros diversos, mobilizados pela Justiça do Trabalho, serão disponibilizadas várias atividades e serviços para o cidadão, entre eles: emissão de RG, certidão de nascimento, carteirinha para pessoas com autismo, orientações jurídicas, reclamação trabalhista e orientações do TRT-8 e do TRE, campanha de adoção responsável de animais, vacinação contra a covid-19, influenza, aferição da pressão arterial, medição de índice glicêmico, arrecadação de alimentos para as cooperativas de resíduos sólidos

de Belém, distribuição de sucos e montagem de brinquedos para diversão das crianças.

A presidente da Comissão Permanente de Gestão Ambiental, juíza do trabalho Roberta de Oliveira Santos, conta que o evento marca o encerramento da terceira Semana de Responsabilidade Socioambiental do TRT-8. “Este ano a Semana teve como foco os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Durante a semana tivemos várias ações, oficinas, exibição do filme Pureza, inauguração do depósito de resíduos sólidos e a culminância será neste sábado”, disse.

A ação Sustentabilidade em Rede será realizada de 8h às 12h, na Praça Brasil, e é uma promoção do TRT-8, TJE, MPT, TCM, MPPA e UEPA e tem o apoio do TRE, Defensoria Pública, Prefeitura de Belém, Fumbel e Sejudh.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Noite do “sim” para 325 casais

Casamento comunitário realizado na Arena Mangueirinho faz parte do projeto Bem Casado Pará, que dá a oportunidade aos casais de legalizar seu estado civil. Evento contou com a presença do governador do Estado

UNIÃO

Michelle Daniel

A noite de ontem (10) foi de emoção para 325 casais que oficializaram a união durante cerimônia de casamento comunitário que ocorreu na Arena Mangueirinho, em Belém. A ação faz parte do projeto Bem Casado Pará, organizado pela Associação Esperança do Ananin com o apoio da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh), oportunizando aos casais a legalização do estado civil.

“Esse momento é muito especial, é um sonho que se realiza. Esperava por muito tempo”, comentou Altamira Monteiro, de 24 anos, ao lado de Edivan Soares, de 28 anos, e nos braços, a única filha do casal, Alice, de 8 meses. Os moradores no bairro Distrito Industrial estão juntos há 7 anos, já casaram na igreja, mas faltava legalizar oficialmente a união. “A gente batalhou para esse dia chegar, e chegou, na hora e no tempo de Deus. Agora, nossa vida está completa. Só tenho a agradecer”, disse o noivo.

O evento reuniu casais de todas as idades, além de convidados dos noivos, a presença do governador Helder Barbalho e a primeira-dama Daniela Barbalho, e outras autoridades, com direito a orques-



A emoção marcou a cerimônia que ajudou a realizar o sonho de todos os casais presentes

FOTO: WAGNER ALMEIDA

tra e marcha nupcial, além da decoração especial para a cerimônia. “É importante que a Secretaria de Justiça possa estar promovendo cidadania. Casamento, prestação de serviços, fazem parte das missões do governo do Estado, facilitar com que o cidadão paraense possa alcançar aquilo que deseja. E nós, que defendemos a família, entendemos que a instituição casamento é algo absolutamente fundamental para o alicerce familiar, estimulamos que esse momento seja de festejo, pois muitos casais já vivem juntos há muito tempo e não tiveram a oportunidade de acessar a este serviço e cabe ao governo facilitar este momento. Portanto, que nes-

se momento em que se entrelaçam possam ter muita felicidade, amor um ao outro, respeito ao próximo e a construção de uma família cada vez melhor”, pontuou o governador.

SOLIDARIEDADE

Ao lado do companheiro Mauro Alexandre, de 40 anos, Débora Silva, de 28 anos, de cadeira de rodas, se emocionava. “Esse momento representa muito pra gente. Estamos juntos há 8 anos, temos duas meninas [de 6 e 4 anos na plateia] e era algo muito esperado”, comentou a noiva. “Estou aqui feliz da vida. A gente só agradece aos organizadores por essa oportunidade, está tudo muito bonito e especial”, acrescentou ele.

Além de promover a construção de famílias, o projeto cria uma ampla rede de solidariedade e compromisso social em torno de todos envolvidos. Segundo a Sejudh, a previsão é realizar na próxima semana, outros casamentos nas cidades de Altamira e Vitória do Xingu, no sudoeste do Estado; Breves e Portel, no Marajó, e Xinguara e Rio Maria, no sul do Pará.

“Esse é um projeto bem elaborado e importante que a secretaria leve a cidadania por todo o Estado. Já foram quase 1 mil casamentos no interior, e o próximo passo agora é o sul e sudeste na próxima semana. É missão nossa, é nosso dever”, afirmou Valber Milhomem, titular da Sejudh.

TJPA promove cerimônia de casamento para 51 casais

Uma grande festa, com direito a rosas, músicas e muita alegria. Assim, foi celebrada a Cerimônia de Casamento Comunitário Humanizado, que encerrou as atividades da VI Semana Estadual de Conciliação, ontem, 10, no auditório Des. Maria Lúcia Gomes Marcos dos Santos, na sede do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Denis Serra dos Reis, de 27 anos, e Cassandra Lobato, de 26 anos, estão juntos há cerca de três anos. O casal foi um dos 51 casais participantes do casamento. “A sensação é boa e a iniciativa também achei boa, o

projeto. Agradeço ao TJPA pela iniciativa de criar este projeto e dar oportunidade para pessoas que realmente precisam e querem realmente ter uma vida a dois com sua esposa, com seu marido”, avaliou Denis. A desembargadora Dahil Paraense expressou sua alegria, bem como de todos e todas que compõem o TJPA. “Chegamos hoje ao grande dia. Nesta edição, teremos pessoas que hoje iniciarão sua vida conjugal e outras que confirmarão o desejo de continuar a sua caminhada juntos, firmando este amor dentro dos preceitos legais”, disse.



A cerimônia encerrou a Semana Estadual de Conciliação

FOTO: ÉRIKA MIRANDA-TIPA

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Pecuarista é condenado por dois crimes de calúnia

Condenação foi de um ano e quatro meses de prisão, convertida em duas penas restritivas, além de pagamento de 26 dias de multa

JUDICIÁRIO

Luiz Flávio

O pecuarista Luciano Guedes, de Redenção, foi condenado na Justiça por 2 crimes de calúnia à pena de 1 ano e quatro meses de prisão e pagamento de 26 dias de multa em ações propostas por Carlos Fernandes Xavier, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Pará (Faepa). A decisão, patrocinada pelo escritório do advogado criminalista Clodomir Araujo Júnior, foi prolatada no último dia 8 pela juíza Sandra Maria Ferreira Castelo Branco, titular da 10ª vara criminal da capital.

Entretanto a magistrada substituiu a pena privativa de liberdade por duas penas restritivas de direitos: a primeira prestação de serviços gratuitos à comunidade; e a segunda ao pagamento de 20 salários-mínimos (R\$ 24.240,00) a título de indenização a serem pagos por Guedes a Xavier.

O primeiro crime de calúnia cometido pelo pecuarista de Redenção ocorreu em 17 de setembro de 2017 quando Guedes, em entrevista a um jornal local afirma que “contribuições dos pecuaristas ao

Fundepec (Fundo de Desenvolvimento da Pecuária no Estado do Pará) podem ter sido desviadas durante duas décadas”. O Fundepec é um fundo com recursos recolhidos junto a produtores rurais e administrado pela Faepa que, na ocasião, era presidida por Carlos Xavier, que comandava a entidade há 29 anos

Mais de um ano depois, em 04 de outubro de 2018, o mesmo Luciano Guedes, em publicação numa conta pessoal do Facebook, compartilhou um comentário contendo, segundo a acusação, “informação caluniosa” a respeito de Xavier, “imputando a ele falsamente o desvio de vultosa quantia em dinheiro dos produtores rurais do Pará, em detrimento de sua reputação e honradez, além de difamá-lo e injuriá-lo”.

Luciano Guedes afirmou ainda nas publicações que a administração do Fundo, presidida por Xavier, não prestava contas do que recebia, citando suposta “falta de transparência, honestidade e a exigência pelos sindicatos, de uma prestação de contas sobre os valores entregues ao fundo”.

Guedes afirmou nas postagens que estava cobrando prestação de contas, diretamente ao presidente do Fundepec e que há dois



Luciano Guedes cometeu os crimes nos anos de 2017 e 2018

FOTO: REPRODUÇÃO

anos e não era atendido, embora, segundo a defesa, a informação seja inverídica, afirmando que no processo constam as prestações de conta do fundo.

OBJETIVO

Na decisão a magistrada afirmou que somente a alegação de ausência ou atraso na prestação de contas, pela presidência do fundo administrado por Xavier, “não é suficiente para se concluir que houve desvio de verbas e/ou apropriação indébita por parte do gestor” e não existe o acusador da responsabilidade sobre as informa-

ções que noticia/divulga, “sob pena de acusar injustamente a pessoa detentora do direito constitucional à presunção de inocência”.

Afirma ainda que Guedes poderia ter se limitado a prestar informações a respeito de apurações feitas em razão de suas atribuições como dirigente da Adepará, “mas excedeu o âmbito informativo”, passando a tecer considerações e fazer imputações sobre a gestão e sobre o próprio Carlos Xavier, “o que demonstra o objetivo de atingir a honra do ofendido, imputando-lhe a prática de crimes”.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

EM ALTAMIRA PRF FRUSTRA ASSALTO COM REFÉM

Carro com a vítima parou na frente de policiais, que negociaram a soltura da pessoa que estava como refém

REFÉM E PRISÃO

JR Avelar

Um homem, que não teve o nome divulgado, foi preso após fazer um assalto com refém no município de Altamira, na região sudoeste do Pará. A prisão foi conduzida por policiais rodoviários federais que passavam na hora do fato criminoso.

Segundo as informações, o Superintendente da Polícia Rodoviária Federal no Pará, Carlos André Costa, juntamente com o chefe da Delegacia da PRF e equipe de Altamira foram surpreendidos por um veículo que parou à sua frente bruscamente, no momento em que saíam de uma reunião na Vara Agrária do município de Altamira.

A situação chamou logo a atenção dos federais, que identificaram visualmente que o condutor do carro estava sendo vítima de um assalto com refém, tendo uma arma de fogo apontada para a sua cabeça por um homem que estava sentado no banco traseiro do veículo.

Sem ter como prosseguir na fuga, o criminoso manteve a si-

As joias que teriam sido roubadas e um revólver calibre 38 contendo cinco munições foram apreendidos e o criminoso preso em flagrante
FOTO: DIVULGAÇÃO

tuação inalterada enquanto negociava com a equipe da Polícia Rodoviária Federal sua rendição que demorou algum tempo.

No momento da ação, o fluxo de veículos no local foi interrompido pela Polícia Rodoviária Federal que negociou a liberação da vítima a rendição do ladrão que tinha acabado de tomar de assalto o motorista com o veículo.

As joias que teriam sido roubadas e um revólver calibre 38 contendo cinco munições foram apreendidos e o criminoso preso em flagrante e a ocorrência apresentada na Seccional Urbana de Altamira.

SUA OPINIÃO

opiniao@dol.com.br
Você gostaria de comentar?
www.dol.com.br



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

ACABOU A LIBERDADE FORAGIDA É RECAPTURADA PELA PM

Em Castanhal, polícia foi apurar a denúncia de que duas mulheres estavam brigando e uma delas era foragida da Justiça

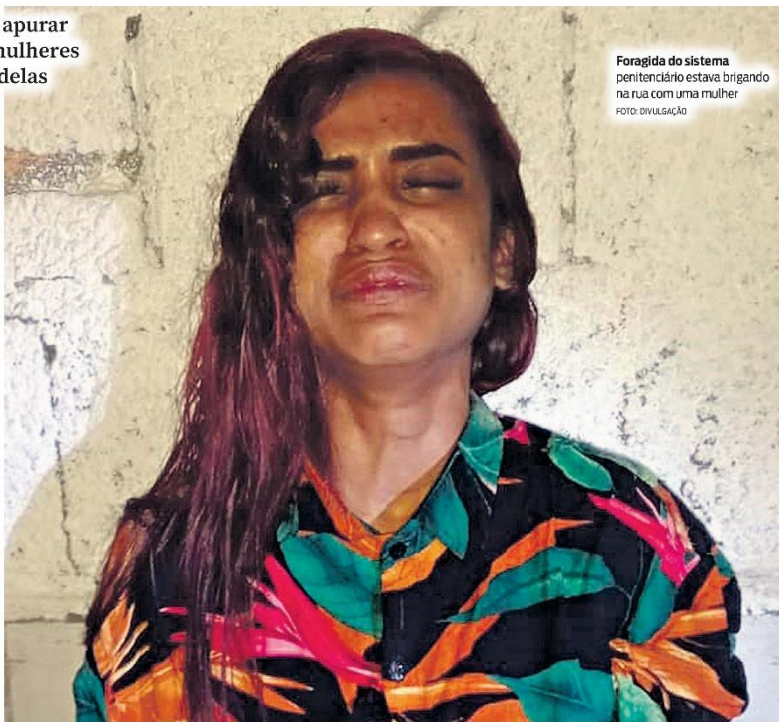
DE NOVO PRESA

Tiago Silva
DE CASTANHAL

Uma foragida da justiça foi recapturada pela Polícia Militar no Centro Comercial da cidade de Castanhal, região nordeste paraense. A recaptura ocorreu no final da tarde de quinta-feira (9), por volta das 18h.

Policiais militares do grupamento Rondas Ostensivas Com Apoio de Motocicletas (ROCAM) foram informados, via 190, que duas mulheres estavam brigando na Travessa Benjamin Constant, área da Feira da Ceasa, e que uma das envolvidas estava com um terço. Os policiais militares rapidamente foram até o local e encontraram Amanda Samara Costa Lameira, que estava com um terço. Foi verificado o nome de Amanda no sistema e descoberto que ela estava na condição de foragida da justiça.

Amanda Samara Costa Lameira foi apresentada na Delegacia de Polícia Civil do Centro de Castanhal e, após ser ouvida pelo Delegado de Plantão, ficou de ser encaminhada para o Centro de Recuperação Feminino (CRF), em Ananindeua, para ficar custodiada no regime fechado.



Foragida do sistema penitenciário estava brigando na rua com uma mulher
FOTO: DIVULGAÇÃO

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

CONCURSO

A Comissão do XIII Concurso Público para Ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado concluiu a discussão e análise do edital do concurso. A Comissão também agendou para o dia 21 de junho nova reunião com o Cebraspe, organizadora do certame, para tratar do texto final do edital. Serão 65 cargos para Promotor de Justiça e Promotor de Justiça Substituto, ambos de 1ª Entrância, com remuneração inicial de R\$ 30.404,47.

JULGAMENTO

Quase 3 anos depois, o acusado de atropelar e matar três pessoas em Ananindeua, em maio de 2019, será submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri. Segundo o inquérito policial, Odenilson de Souza Júnior saiu de madrugada de uma festa em estado de embriaguez e, conduzindo seu veículo em alta velocidade, colidiu com as vítimas, que morreram na hora. Eram três pessoas da mesma família na tragédia.

LINHA DIRETA

O presidente do STF, Luiz Fux, quando em Belém na sexta, 10, para evento de 75 anos do TCE-PA, foi homenageado com a Medalha Serzedello Corrêa, a mais alta honraria do Tribunal, e ainda ganhou um busto do patrono da corte de contas - prometeu que ambos ficarão expostos em seu gabinete em Brasília (DF).

Ele recebeu também medalha da Alta Distinção Judiciária, em cerimônia conduzida pela presidente do Tribunal de Justiça do Pará, desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, e a Medalha da Ordem do Mérito Judiciário, no grau Grã-Cruz, concedida em 2018.

Procurador paraense é empossado em conselho nacional

MINISTÉRIO PÚBLICO

O Procurador-Geral de Justiça, César Mattar Jr., foi empossado nesta quinta-feira (9), no cargo de vice-presidente da região Norte do Conselho Nacional dos Procuradores-Generais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPNG). O mandato é de um ano. A solenidade de posse aconteceu durante a 6ª sessão ordinária do Conselho realizada na sede do Ministério Público do Estado da Bahia. O evento também marcou a continuação da posse da nova presidente do CNPNG, Norma Cavalcanti.

“Agradeço a confiança depositada pelos colegas PGJs do Norte, bem assim o referendo do próprio CNPNG. Vivemos tempos difíceis, nos quais as instituições estão sendo testadas e o Ministério Público, novamente, é chamado a ser protagonista da defesa dos legítimos anseios sociais. O CNPNG, composto pelas lideranças do MP brasileiro, tem a missão de fortalecer a atuação institucional em suas diversas matizes. Para quem já presidiu as nossas en-

tidades de classe estadual (AMPEP) e nacional (CONAMP), é um privilégio poder continuar a contribuir para a preservação da pujança do Ministério Público”, disse César Mattar Jr.

Na ocasião, também foram empossados os vice-presidentes regionais do CNPNG: Aylton Flávio Vechi (Centro-Oeste) - Procurador-geral de Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Norte; Elaine Cardoso Teixeira (Nordeste) - Procuradora-geral de Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Sul; Luciano Mattos (Sudeste) - Procurador-geral de Justiça do Ministério Público do Rio de Janeiro. O Procurador-geral do Trabalho José de Lima Pereira também foi empossado como vice-presidente, representando o Ministério Público da União.

Também houve posse dos membros do Conselho Fiscal. Assumiram os cargos os PGjs Antônio Hortêncio Neto (Paraíba), Alberto Rodri-

gues Júnior (Amazonas) e Manoel Machado Neto (Sergipe). A presidente do CNPNG, Norma Cavalcanti, na abertura do encontro, reforçou a importância do fortalecimento do órgão colegiado para o processo de construção de um MP brasileiro cada vez mais unido e fortalecido. Durante a reunião, foram discutidos temas de interesse do Ministério Público brasileiro, entre eles formas de aperfeiçoamento da interoperabilidade dos sistemas do MP e do Poder Judiciário.

No encontro, o colegiado aprovou o enunciado apresentado pela Comissão Permanente da Infância e Juventude, integrante do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH) do CNPNG, sobre o Provimento nº 63/2017 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), alterado pelo Provimento nº 83/2019, que dispõe sobre o reconhecimento voluntário e a averbação da paternidade e da maternidade socioafetiva junto ao registro de nascimento. O objetivo do enunciado é evitar interpretações equivocadas do Provimento



A posse de César Mattar Jr. ocorreu durante a 6ª sessão ordinária do CNPNG, em Salvador
FOTO: RODRIGO TAGLIARO

que levem a pedidos de reconhecimento de paternidade ou maternidade socioafetiva diretamente ao Ofício de Re-

gistro Civil das Pessoas Naturais e que acarescem em multiparentalidade. Segundo o enunciado, o CNJ só permi-

tiu essa possibilidade, de parentalidade socioafetiva concomitante à biológica, caso seja autorizada judicialmente.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



JUSTIÇA EM FATOS LUIZ FLÁVIO

@luizaoreporter

www.facebook.com/luiz.f.costa.37

lfmcosta@gmail.com

JUSTIÇA ELEITORAL CELEBRA 77 ANOS DE REINSTALAÇÃO NO PARÁ

Os 77 anos da reinstalação da Justiça Eleitoral no Pará e os 90 anos de implantação no Brasil foram celebrados em sessão conduzida, no último dia 7, pela presidente do TRE do Pará, desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento. Na ocasião, foi lançado o selo personalizado alusivo à data e que fará parte do acervo iconográfico, bibliográfico e histórico da empresa pública e do Centro Cultural da Justiça Eleitoral do Pará. Também foi descerrada a placa comemorativa em alusão às datas pela presidente do Tribunal; pelo desembargador Leonam Gondim da Cruz, Júnior, vice-presidente e corregedor do Tribunal, e pelo servidor Osmar Costa (foto).



Projeto "Judiciário Fraternal" apoia e homenageia PCD jovem

Vitor Costa, jovem Aprendiz da Assessoria de Comunicação do TRT8 e portador de deficiência intelectual recebeu uma homenagem do setor no último dia 7, quando se comemorou o Dia Nacional da Liberdade de Imprensa. Na pessoa de Vitor Tribunal homenageou todos os profissionais da imprensa que primam por fazer circular as informações com liberdade e verdade, como um pressuposto para a democracia. Vitor Costa é filho da madrinha-cidadã @marciaalves626 (Bengui) e fez na última terça-feira sua primeira aparição oficial como Repórter ODS, no Projeto Judiciário Fraternal (Tapanã).



Just et Labor: Daniel Cruz indicado para a mais alta honraria do TRT8

Por indicação do desembargador Marcus Augusto Losada Maia, o advogado trabalhista Daniel Rodrigues Cruz receberá do TRT8 a Ordem do Mérito Jus et Labor, no Grau Oficial. A comenda é a mais alta do Tribunal e homenageia pessoas físicas ou jurídicas, brasileiras ou estrangeiras, que tenham prestado relevantes serviços ao país, à Justiça do Trabalho em Geral e à 8ª Região, de modo especial. A comenda será entregue no dia 16/09 no auditório Aloysio da Costa Chaves, do Tribunal. Daniel presidiu a Associação dos Advogados Trabalhistas do Estado do Pará (ATEP) e hoje integra a diretoria da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (ABRAT).



Escritório traz Mansueto Almeida para jantar de negócios em Belém

No próximo dia 22, Mansueto Almeida economista-chefe do BTGP Actual, estará participando de um jantar de negócios promovido pelo escritório PMA-Pinheiro e Mendes Advogados. Mansueto, em 2016, foi nomeado Secretário de Acompanhamento Econômico e Condição do Ministério da Fazenda e em abril de 2018, passou a ser Secretário do Tesouro Nacional onde permaneceu até julho de 2020. O evento contará ainda com participação de outros nomes de peso do setor econômico nacional.

OAB-PA aprova ajuizamento da ACP para apurar violência obstétrica em Marabá

O Conselho Seccional da ordem aprovou por unanimidade dia 2 passado proposição relatada pela conselheira Gabrielle Maués durante a 5ª reunião ordinária. A subseção da OAB em Marabá fez o pleito à seccional paraense após receber denúncias da articulação feminista no município. Com cerca de 80 páginas (fotografias, notícias, mídia e relatório de fiscalização do Conselho Regional de Medicina), o documento aponta elevado número de ocorrências de violência obstétrica no Hospital Materno Infantil de Marabá, unidade que atende toda a região de Carajás.



Abuso: cartilha orienta e previne contra violência sexual infantojuvenil

A promotora de Justiça Sabrina Kalume, participou final de maio no Centro Integrado de Comando e Controle (CIC), do lançamento da cartilha educativa sobre violência sexual infantojuvenil, elaborada pela Diretoria de Prevenção Social da Violência e da Criminalidade (Diprev) da Segup e membros da rede de enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Pará. O objetivo é prevenir estes crimes através da informação. O material visa orientar crianças e adolescentes, pais e responsáveis para identificar crimes sexuais, além do fortalecimento dos canais de denúncia.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

BELÉM

Ministério Público apresenta pacto pelo não fechamento de escolas do campo no nordeste paraense

Rodas de conversas serão realizadas em Castanhal nesta segunda-feira (13) para discutir educação quilombola no nordeste paraense

Daleth Oliveira

12.06.22 15h12



Evento será realizado no auditório do MPPA de Castanhal (Ascom/MPPA)

O Ministério Público do Pará (MPPA) apresenta, nesta segunda-feira (13), o pacto para não fechamento de escolas do campo no nordeste paraense. Ato faz

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

parte da programação do órgão em Castanhal, onde racismo e educação quilombola serão pautas de duas rodas de conversas.

A partir das 8h30 até às 17h, o evento tem como público alvo membros do MPPA e sociedade em geral, bem como secretários municipais de Educação, Conselho Estadual e Municipal de Educação, gestores escolares, Rede de Apoio/Proteção à infância e Juventude, gestores municipais de Castanhal, Inhangapi e São Miguel do Guamá, movimentos sociais e comunidades quilombolas.

Para participar presencialmente, no auditório do MPPA em Castanhal, os interessados devem se inscrever até às 23h deste domingo (12) em ceaf.mppa.mp.br. Além disso, toda a programação será transmitida pelo canal de youtube do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) do Ministério.

Serviço

Roda de conversa: Racismo e Necropolítica - Fechamento de Escolas do Campo e Experiências Exitosas da Educação Quilombola nos municípios de Castanhal, Inhangapi e São Miguel do Guamá

Local: Auditório do Ministério Público em Castanhal e online
Público Alvo: Integrantes do MPPA e sociedade em geral

Inscrições: <https://ceaf.mppa.mp.br/app/login>

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



MPPA apura contratação de falsos médicos em Ponta de Pedras
Segundo as investigações, essas pessoas prescreviam receitas se passando por profissional médicos regulares

sexta-feira, 10/06/2022, 18:55 - Atualizado em 10/06/2022, 18:51
- Autor: **DOL**



Sede da prefeitura de Ponta de Pedra, no arquipélago de Marajó, no Pará. | Reprodução

O Ministério Público do Pará (MP-PA) investiga a contratação de pessoas que estariam atuando como médicos nas cidades de Ponta de Pedras e Chaves, no arquipélago de Marajó, no Pará. Segundo o

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

MPPA, a Secretaria de Saúde de Ponta de Pedras teria contratado cinco falsos médicos ao custo unitário de R\$18 mil. Eles estavam atendendo nos postos de saúde e no Hospital Municipal da cidade.

Segundo as investigações, essas pessoas prescreviam receitas se passando por profissionais médicos regulares no Conselho Regional de Medicina (CRM). O caso começou a ser investigado após surgirem denúncias no município de Chaves relacionadas a médicos que estariam usando registro de outros profissionais. Nas duas prefeituras, os impostores eram contratados pela mesma empresa terceirizada, que presta serviços municipais.

Após a repercussão do caso, a população passou a pedir a imediata demissão do Secretário de Saúde e abertura de CPI na Câmara Municipal, assim como investigação pelo Ministério Público.

Em nota, a prefeitura de Ponta de Pedras afirmou que "ao tomar conhecimento das possíveis irregularidades, começou a apurar os fatos emitindo uma notificação a referida empresa prestadora de serviço exigido informações sobre a existência de profissionais não habilitados."

Ainda segundo a nota, "foi registrado um boletim de ocorrência para o conhecimento das autoridades policiais afim de apurar as possíveis irregularidades que possam ter ocorrido nos municípios."

A administração municipal esclarece ainda que "não compactua com irregularidades e todas as medidas serão tomadas para responsabilizar os envolvidos."

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

CONFIRA A NOTA NA ÍNTEGRA:

NOTA DE ESCLARECIMENTO

A Prefeitura Municipal de Ponta de Pedras, por meio da Secretaria de Saúde, vem esclarecer sobre as notícias veiculadas nos meios de comunicação. O Fundo de Saúde de Ponta de Pedras possui contrato administrativo n° 20211334, oriundo do respectivo credenciamento entre a empresa licitante AIRES GESTÃO MÉDICA E HOSPITALAR EIRELI e o município de Ponta de Pedras para a prestação de serviços médicos e de enfermagem.

Ao tomar conhecimento de possíveis irregularidades da referida empresa no município de Chaves - PA, esta gestão resolveu iniciar um procedimento preventivo de apuração de prestação de serviços em Ponta de Pedras, visto que se trata da mesma empresa. Em ordem, foi emitido uma notificação para a referida empresa prestar informações sobre a existência de notícias de profissionais não habilitados.

Consequentemente, foi levado ao conhecimento da Polícia Civil do Estado do Pará, através do Boletim de Ocorrência no 00133/2022.000517-2, a fim de apurar as possíveis irregularidades que possam ter ocorrido neste município, para que sejam tomadas todas medidas cabíveis.

Ressalta-se que a partir da data de 08/06/2022 os pagamentos efetuados a referida empresa, a título de prestação de serviços, estão sendo suspensos parcialmente, até que esclareçam a regularidade de todos os profissionais que estão prestando serviços neste município.

A administração municipal esclarece a todos que não pactua com quaisquer irregularidades e que todas as medidas serão tomadas para responsabilizar possíveis danos cometidos. Sem mais, nos colocamos à disposição para eventuais esclarecimentos que se façam necessários.

Fundo Municipal de Saúde



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



IRREGULARIDADES

Justiça determina medidas de higiene no supermercado Nazaré
Promotoria do Consumidor constatou irregularidades na venda de alimentos em unidades da rede de supermercados

sexta-feira, 10/06/2022, 14:44 - Atualizado em 10/06/2022, 16:06 - Autor: **Com informações MPPA**



Fachada Supermercado Nazaré, Belém | Reprodução

Práticas simples de higiene em casa podem ajudar muito a garantir a segurança na hora da sua alimentação. Entretanto, o preparo da comida é apenas a ponta final da cadeia, que depende do compromisso de quem vende e armazena o produto. Sem o cuidado necessário do estabelecimento que vende os ingredientes, todo tipo de perigo pode ocorrer.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Denúncias feitas aos órgãos de Vigilância Sanitária fizeram com que a Justiça Estadual acatasse um pedido liminar do Ministério Público do Estado (MPPA), em [ação civil pública](#) para assegurar os direitos dos consumidores, e determinou que a empresa Nazaré Comercial de Alimentos e Magazines Ltda adote medidas para garantir as boas práticas-higiênico no armazenamento e manipulação de alimentos não perecíveis nos prazos de 15 e 10 dias. Em caso de descumprimento foi fixada a pena de multa diária de R\$ 5 mil, podendo chegar a R\$100 mil.

Acesse [aquí a decisão](#) na íntegra.

Foi constatado pela Promotoria do Consumidor em unidades da rede de Supermercados Nazaré na capital paraense diversas situações como: produtos de origem vegetal não registrados na Agência de Defesa Agropecuária do Pará (Adepará) e Ministério da Agricultura, além de pescados (peixes, mariscos e crustáceos) sendo estocados, manuseados e comercializados de forma irregular, a câmara de estocagem inadequada, com goteiras e higiene precária.

Além disso, houve denúncias de que a comercialização de camarão salgado estaria sem procedência nos supermercados, o que foi confirmado pela vigilância sanitária no estabelecimento no dia da inspeção.

Na ação, as Promotoras de Justiça do Consumidor Regiane Ozana e Joana Coutinho destacam que "a ausência de documentação exigida pela legislação em vigor é uma constante. A decisão determinou que a empresa apresente prova dos seguintes documentos:

“Manual de Boas Práticas de Fabricação e os POPs”; Carteira de saúde ou ASO (Atestado de Saúde Ocupacional) de todos os colaboradores; Certificado de treinamento para manipulador de alimentos de todos os funcionários atuantes nessa área, assinado pelo responsável técnico; Certificado de Controle de Pragas Urbanas e Ordem de Serviço (emitido por empresa Licenciada junto à DEVISA/SESMA/PMB); Auto de vistoria do Corpo de Bombeiros; PMOC – Plano de Manutenção Operação e Controle; Laudo de Análise físico-química e

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

bacteriológica da água utilizada no local; Certificado de Limpeza e higienização do(s) reservatório(s) de água.

Foi exigido que a empresa providencie as seguintes medidas nos estabelecimentos: a identificação antitabagismo e as suas penalidades; a limpeza, higienização e organização de todas as áreas; suporte com papel toalha não reciclado, sabão líquido neutro e/ou álcool; a comercialização somente de produtos de origem animal e bebidas com registro do MAPA ou ADEPARÁ (tais como polpa, sucos, água de coco etc.).

O supermercado deverá também, instalar pia para higienização das mãos na área de manipulação; promover a identificação dos produtos e alimentos normatizados pela NBCAL; implantar e implementar as “Boas Práticas de Fabricação e Manipulação”, conforme legislação vigente; a manutenção preventiva das tubulações do sistema de ar-condicionado; atentar para o prazo de validade dos alimentos (teste de prateleira/ e para os fatiados a respeitar o prazo de vencimento); adequar a informação de rotulagem, quanto a procedência; adequar o acondicionamento de alimentos prontos a temperatura de manutenção; organizar o local para acondicionamento dos produtos; fazer a pintura e adequação das infiltrações da área de manipulação (purificadora/deposito da purificadora); repor as portas de acrílico dos balcões expositores e o revestimento na área (todas as áreas necessitam de adequação da climatização na sala de corte (açougue).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Três homens da mesma família são suspeitos de abusar sexualmente de uma criança de seis anos na Ilha do Marajó

Os suspeitos são o padrasto, um tio e um avô. Todos foram presos e estão à disposição da justiça.

Por g1 Pará — Belém

11/06/2022 19h07 Atualizado há um dia

Três homens da mesma família foram presos na sexta-feira (10), em [São Sebastião da Boa Vista](#), na Ilha do Marajó, sob a suspeita de estuprar uma criança de seis anos.

A vítima teria contado para a mãe que estava sendo abusada pelo próprio padrasto. Ao saber do ocorrido, a mãe saiu de casa com a criança e procurou ajuda de amigos na área urbana da cidade.

Primeiro, a mãe da vítima procurou o conselho tutelar para fazer a denúncia e, depois, à polícia. Durante a investigação, a polícia descobriu que um tio e o avô do padrasto também abusavam sexualmente da menina.

A Polícia Civil informou que o caso é investigado sob sigilo pela delegacia do município e que os três homens foram presos suspeitos do crime de estupro de vulnerável.

Eles estão à disposição da justiça, enquanto que a vítima foi encaminhada para atendimento especializado.

Junto há mais de 40 anos, casal oficializa união em casamento coletivo em Belém: 'Muito importante na vida da gente'

Mais de 300 casais se uniram oficialmente em evento na arena Mangueirinho em Belém.

Por g1 Pará

12/06/2022 14h41 Atualizado há 2 horas



Juntos há mais de 40 anos, idosos oficializaram união em casamento coletivo no Pará — Foto: Marcelo Sebra/Agência Pará

Terezinha Lobato e Isaías dos Santos já compartilharam muitos momentos em mais de 40 anos juntos, mas só agora conseguiram realizar um dos maiores desejos deles: casar.

"É uma emoção esse momento. Eu acho maravilhoso, porque depois de 45 anos, tínhamos que casar, é muito importante na vida da gente", disse Terezinha.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

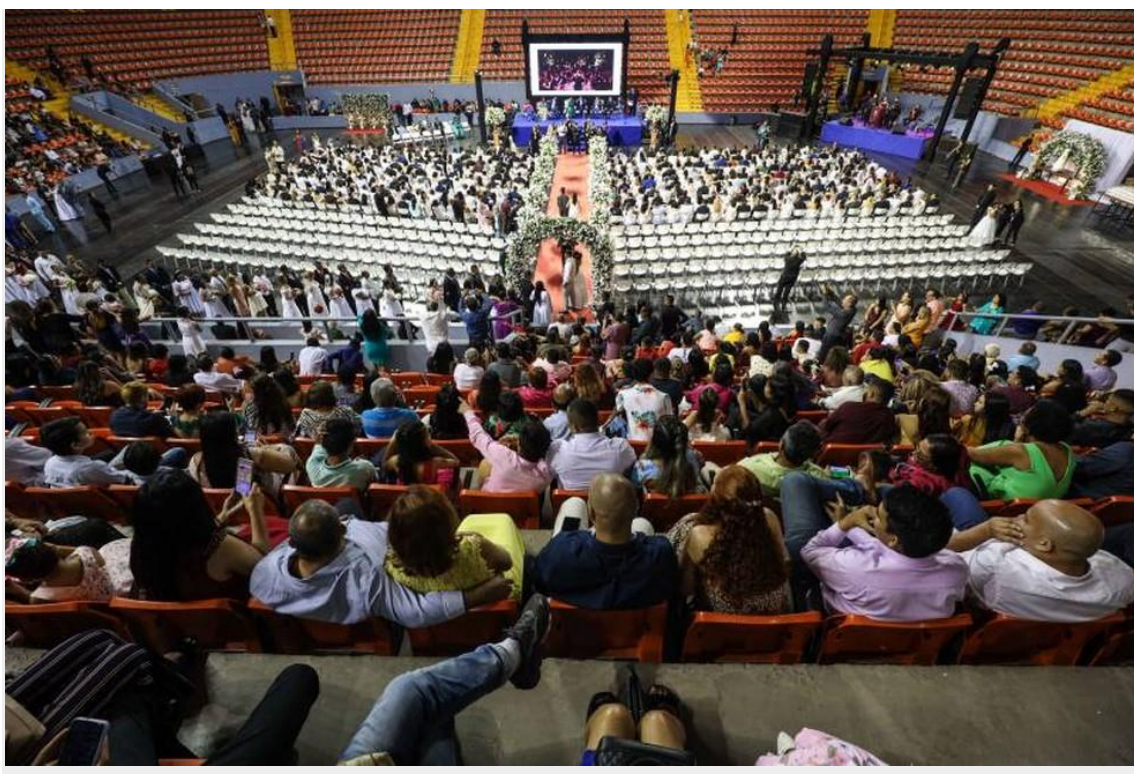
(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Eles e outros 334 casais se uniram em um casamento coletivo realizado na sexta-feira (10) na Arena Guilherme Paraense (Mangueirão), em Belém.

O evento integra o projeto 'Bem Casado', organizado pela Associação Esperança do Ananin, e foi realizado em parceria com a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh).

Segundo Valber Milhomem, da secretaria de Justiça e Direitos Humanos, haverá mais casamentos coletivos nos próximos dias em outras cidades.

"Ainda vamos para Xingura, Altamira, Vitória do Xingu oportunizando a união de homens e mulheres de diversas regiões", afirmou.



Mais de 300 casais se uniram no casamento coletivo em arena de Belém — Foto: Marcelo Sebra/Agência Pará

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

MPPA inspeciona escola municipal de ensino infantil e fundamental em Santarém

A inspeção foi realizada em procedimento administrativo e atende objetivos do Plano de Atuação.

Por g1 Santarém e Região — PA

11/06/2022 12h35 Atualizado há 2 dias



Fachada da Escola Helena Lisboa, no bairro Esperança, em Santarém-PA — Foto: Ascom MPPA/Divulgação

A 8ª Promotoria de Justiça de [Santarém](#), no oeste do Pará, realizou juntamente com o GATI/MPPA Engenharia, inspeção na Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Professora Helena Lisboa de Matos, no bairro

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Esperança, nos autos do Procedimento Administrativo nº 002054-031/2021, instaurado para averiguar providências necessárias para o regular funcionamento do educandário.

- [Compartilhe esta notícia no WhatsApp](#)
- [Compartilhe esta notícia no Telegram](#)

A inspeção realizada na semana passada atende também objetivo do Plano de Atuação Biênio 2022/2023.

O relatório de inspeção e as constatações verificadas em relação à estrutura física, de recursos humanos e segurança, foram encaminhados à Secretaria Municipal de Educação e demais órgãos para providências, dentro dos seus papéis institucionais, em relação à estrutura física, acessibilidade, recursos humanos, áreas em risco, dentre outros.

Funcionamento

A escola atua com educação infantil até o nono ano, no total de 14 salas, sendo 11 salas no turno matutino e nove no turno vespertino, totalizando de 581 alunos. A promotoria também foi informada e constatou a realização de projetos exitosos desenvolvidos na escola, com destaque na atuação dos profissionais que, mesmo sem a adequada estrutura física, se desdobram para aprimoramento e qualidade do ensino, com resultados diretos aos alunos, com desdobramentos positivos no IDEB, e conseqüentemente no perfil educacional do Município.

São desenvolvidos os projetos “SAEB em ação: Por um IDEB melhor”, que prepara os alunos para o exame do SAEB. O projeto “Profissões promissoras – Se eu estudar, eu chego lá!”, tem o 9º ano como público-alvo, visando promover a orientação profissional para que os alunos possam ter acesso ao conhecimento a fim de motivá-los e direcioná-los a estudar.

Já o projeto “Roda de Leitura” articula ações que proporcionem o gosto pela leitura e escrita, e o “Reforço Escolar: o Desafio Pós Pandemia” visa promover condições de aprendizagem diferenciada aos alunos matriculados nos anos iniciais do ensino fundamental, oportunizando a execução das aptidões que se encontram em atraso, devido aos anos de pandemia.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Há ainda o projeto de intervenção “Sentido e Sentindo a Leitura”, que visa desenvolver atividades voltadas para a alfabetização baseada na leitura, escrita e oralidade, de maneira contextualizada a vida social, e o projeto de Arte 2022, com objetivo de tornar a escola um espaço cultural, através da participação dos alunos em projetos de arte.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

MPPA realiza audiência pública com 16 comunidades tradicionais de região entre Oriximiná e Óbidos

Encontro foi realizado na quarta-feira (8) e teve como objetivo ouvir as demandas dos moradores para a melhoria da qualidade de vida na região.

Por g1 Santarém e região — PA

10/06/2022 17h28 Atualizado há 2 dias



Representantes das prefeituras de Óbidos e Oriximiná participaram da reunião — Foto: Comunicação/PMO

O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) realizou uma audiência na comunidade São José, localizada no km 9 da região "BEC" que fica entre os municípios de Oriximiná e Óbidos, no oeste do estado. A reunião foi realizada na quarta-feira (8) e discutiu a necessidade de melhorias nas comunidades da localidade.

Além do MPPA, participaram da reunião, representantes da prefeitura de Óbidos e Oriximiná dos setores de desenvolvimento social, infraestrutura, educação e

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

saúde, a fim de que as demandas relatadas pudessem abranger ambas localidades.

Moradores das 16 comunidades tradicionais da região incluindo remanescentes de quilombo, ribeirinhos e área planaltina, apresentaram suas propostas em relação aos investimentos necessários dentro das comunidades.

Entre as solicitações, os comunitários reivindicam a regularização fundiária, implantação de pontos de wi-fi, infraestrutura nas comunidades, expansão da energia elétrica, por meio do Projeto Luz para Todos; além de investimentos nas áreas de Saúde, Educação e Segurança Pública.

A promotora do Núcleo de Igualdade Étnico Racial do MPPA, Lilian Braga, reforça que a consulta pública é de extrema importância visto que a população local reivindica as propostas há anos ao órgão ministerial.

“Há uma necessidade muito grande especialmente depois desses dois anos de pandemia que nós estamos vivendo, e que causaram muitas dificuldades. Precisamos retomar os diálogos pra que as políticas públicas que já estavam sendo tratadas possam retomar de forma mais evidente pra atender essas famílias”, concluiu a promotora.

Após a audiência, foi definida um novo encontro com os representantes de cada município para a apresentação e discussão dos planos de atuação.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br